2891

Brasília, junho de 2023

SUMÁRIO EXECUTIVO

DINÂMICAS DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE CRIAÇÃO E FECHAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE 1901 A 2020

Janine Mello
Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: <mapaosc@ipea.gov.br>.

Ana Camila Ribeiro Pereira
Consultora da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). *E-mail*: <anacamilarp@gmail.com>.

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td2891-port.

Este estudo teve como objetivo sistematizar e apresentar dados sobre a criação e fechamento das organizações da sociedade civil (OSCs) brasileiras no período 1901-2020, a partir da base do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) disponibilizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Os resultados expostos constituem um levantamento inédito englobando o conjunto de mais de 1 milhão de organizações criadas nos últimos 120 anos no país e distribuídas por todo o território nacional.

Explorar a dinâmica de surgimento das OSCs contribui para uma melhor compreensão sobre como parte da sociedade civil, aquela formalmente constituída, se organizou ao longo de sua trajetória e quais temas foram objeto de maior ou menor relevância no decorrer das décadas. Esses achados dialogam com a literatura a respeito da consolidação da sociedade civil no Brasil e suas relações com o fortalecimento da democracia na contemporaneidade, assim como com as múltiplas formas de interação travadas entre sociedade civil e a esfera estatal via o estabelecimento de canais participativos, maior ou menor permeabilidade estatal a demandas societais, mudanças de âmbito legal-normativo ou a partir do envolvimento efetivo dessas organizações na oferta de bens e serviços.

Os resultados indicam que, apesar de já haver atividade societal no país, o movimento de formalização dessas organizações ganhou força após a década de 1960, em especial a partir das décadas de 1970 e 1980, atingindo seu ápice durante os anos 2000. Do total de mais de 1 milhão de OSCs que já foram criadas no país, 99% foram formalizadas após os anos 1960, provavelmente como resultado da legislação que regulamentou o Cadastro Geral de Contribuintes, instrumento que antecedeu a criação do CNPJ, ocorrida apenas em 1998.

O perfil majoritário entre as OSCs criadas no país poderia ser descrito como associações privadas (85%) sediadas na região Sudeste (40%), com tempo médio de atividade de 17,6 anos, voltadas para as áreas *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses* (40,0%) e *religião* (24,6%). Se considerarmos apenas aquelas OSCs que hoje estão ativas, 38% são organizações com atividades de *defesa de direitos e interesses* e 27%, de *organização religiosa*. Esse perfil sofreu variações ao longo do tempo e, no período recente, é possível identificar, por exemplo, a prevalência de OSCs de cunho religioso entre as novas aberturas e uma queda na criação de organizações ligadas à pauta *desenvolvimento e defesa de direitos*.

Em relação aos fechamentos, das 1.161.354 OSCs criadas em todo período, 345.678, cerca de um terço, tiveram suas atividades encerradas. O volume de fechamentos concentrou-se expressivamente após os anos 2000 (92,8%) e metade deles corresponde a organizações da área *desenvolvimento e defesa de direitos e interesses*. A despeito dos achados derivados da base de CNPJ, estudos complementares focados nas 345 mil OSCs inativas e apoiados em estratégias metodológicas alternativas são necessários para avançar na identificação do momento no tempo em que essas organizações efetivamente encerram suas atividades, antes de procedimento de atualização cadastral efetivado pela Receita Federal no cadastro de CNPJs dessas entidades.

No que se refere a essas limitações, a análise no escopo de cada área de atuação indicou que organizações de *assistência social* e *outras organizações da*

sociedade civil são as que possuem a maior proporção de fechamentos em relação ao número de aberturas. De cada 100 OSCs de *assistência social* abertas no país, 49 encerraram suas atividades, e entre *outras organizações da sociedade civil* cerca de 46 delas fecharam suas portas.

Achados similares sobre a redução do número de OSCs já haviam sido divulgados anteriormente, em convergência com o detalhamento apresentado neste texto. Além de confirmar esse cenário, a análise proposta buscou explorar, de forma mais detida, as dinâmicas de abertura e fechamento dessas organizações e suas variações de trajetória ao longo das décadas.

Os padrões observados no período recente diferem da dinâmica que prevaleceu nas décadas anteriores pautada, em grande medida, no aumento crescente e na complexificação temática dessas organizações. Nesse contexto, o arrefecimento no surgimento de novas organizações e mudança temática das novas aberturas sugerem uma nova fase da sociedade civil organizada? A redução do número de OSCs criadas e a concentração na área religiosa seriam elementos de uma fase pontual ou seriam produto de um novo momento da sociedade civil organizada no país?

Tais questões derivadas dessas discussões, pelos limites deste texto, não puderam ser aqui endereçadas em sua completude, mas merecem fazer parte das agendas de pesquisa sobre o futuro das organizações da sociedade civil no país e os inúmeros desafios para o seu fortalecimento. Entre eles, aspectos sobre como apoiar a pluralidade temática e representativa das OSCs em atividade no país em suas múltiplas articulações com instâncias estatais, assim como a sustentabilidade econômica dessas organizações diante de cenários de redução dos investimentos públicos e privados.

Esses desafios vão além, entretanto, e recaem sobre como construir estratégias de aumento da confiança, transparência e legitimidade das OSCs diante de diversos setores da sociedade ou como avaliar as potencialidades das interações entre Estado e OSCs na execução de políticas públicas. Vale também compreender em que medida as OSCs contribuem para o fortalecimento efetivo da democracia e qual papel deveria ser desempenhado por elas sobre preocupações que compõem a agenda pública do país.

Por fim, este estudo se soma a esforços encampados pelo Ipea e por outros atores da sociedade civil, que não apenas dialogam com essas preocupações, mas também buscam fornecer um panorama amplo sobre a dinâmica de funcionamento das OSCs e os potenciais desafios que envolvem as articulações existentes entre Estado e OSCs.